

UMA ANÁLISE SOBRE O DISCURSO DA “EDUCAÇÃO PARA TODOS”

Ademárcia Lopes de Oliveira Costa – UFAC
ademarcia.costa@ufac.br

Alysson Vinícius Pacífico Barbosa – UFAC
pacificoalysson@gmail.com

José Júnior Pereira Araújo – UFAC
juniorparaujo23@gmail.com

Sirley Gonçalves de Rezende – UFAC
sirley.g.rezende@gmail.com

INTRODUÇÃO

Debruçarmo-nos sobre a escola pressupõe um exercício que vai além da mera descrição. Trata-se antes de um aguçar dos sentidos para percepções e interpretações que possam revelar mudanças muitas vezes imperceptíveis a um olhar “viciado”. Quando essa prerrogativa se volta para a temática da educação inclusiva no espaço da escola regular, é preciso ter uma visão crítica, questionadora, capaz de pensar sobre as mudanças até o momento empreendidas e o que falta fazer para que as escolas inclusivas sejam de fato regras e não exceções.

Nessa perspectiva, torna-se pertinente buscar interpretação para as entrelinhas do discurso da “Educação para todos”, uma vez que a escolarização e o sucesso de todos os alunos têm sido uma exigência e um desafio cada vez mais recorrentes nas escolas. Nesse contexto se insere o presente estudo com o objetivo de apresentar algumas considerações sobre o discurso da “educação para todos”, presentificado em leis e documentos (nacionais e internacionais) que defendem uma educação inclusiva.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, descritiva, por meio da revisão bibliográfica com fundamentação em Torres (2001), Laplane (2007) e fontes documentais como Declaração mundial de Educação para todos (UNESCO, 1990); Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994); LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) e Política Nacional de Educação Especial na

perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

DESENVOLVIMENTO

Pensar sobre a educação inclusiva, inevitavelmente remete ao discurso da “educação para todos” presente em inúmeros documentos nacionais e internacionais, oriundo de distintos movimentos mundiais.

Vale ressaltar, que tais documentos, enquanto consequência dos movimentos ocorridos a partir da década de 90 do século XX solicitavam mudanças na educação mundial, sugerindo a implantação de uma proposta de “educação de qualidade para todos”, principalmente para aqueles que eram considerados sob o risco de exclusão educacional, como as pessoas com deficiência.

Na Declaração de Jomtiem, também denominada Declaração Mundial de Educação para Todos foi realizada de 5 a 9 de março de 1990, consta que os governos se voltem para as singularidades dos indivíduos e que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens de todas as idades, do mundo inteiro” (UNESCO, 1990, p. 03).

Essa Declaração é considerada um dos principais documentos mundiais sobre educação, ao lado da Declaração de Salamanca (1994), também organizada pela Unesco. Este documento reafirma o direito à educação de todos os indivíduos e renova a garantia dada na Declaração de Jomtien (1990) de assegurar esse direito, independente das diferenças individuais; A Declaração de Salamanca proclama que cada criança com características, interesses, capacidades e necessidades que lhes são próprias tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem.

Essas duas Declarações influenciaram a concepção de educação inclusiva em documentos nacionais como a LDBEN (BRASIL, 1996), resultando no Capítulo V, dedicado à educação especial. Neste, em seu art. 59 consta, dentre outras garantias, que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades,

bem como terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

Na introdução do documento intitulado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), consta que “O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (p. 01).

Percebemos no conjunto de documentos relacionados acima um ponto em comum: defendem uma educação de qualidade para todos os indivíduos, estendendo esse direito à plena participação social e se desdobrando em outras formas de inclusão – como, por exemplo, a social e a digital –. Desse modo, além do âmbito educacional, a “educação para todos”, em meio a outros aspectos, volta-se às políticas sociais, a cultura e a economia. No entanto, uma análise mais cuidadosa desses documentos revela contradições, ambiguidades e impasses. Como equilibrar, de um lado, a universalização da educação e de outro, o caráter seletivo da escola?

Nessa direção é possível dizer que os movimentos internacionais ao longo da década de 1990 que resultaram na disseminação do modelo de “educação para todos”, trataram basicamente da descentralização administrativa e da participação da comunidade na gestão escolar. No entanto, vale lembrar que à sombra desses movimentos prevalecia organismos como Fundo das Nações Unidas para a Infância –UNICEF, Fundo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Banco Mundial – BM. Dentre as ações desses organismos, Torres (2001) chama especial atenção às do BM “o sócio mais forte da Educação para Todos, que liderou o cenário educativo na década de 90” (p. 79) e cujo objetivo gira em torno da eficiência econômica, liberdade de mercado e globalização do capital. Nesse contexto, o debate que aparentemente focava em melhorias para a educação de países em desenvolvimento, tinha como primazia no pacote das reformas educativas para esses países, recomendações como prioridade da análise econômica na

definição de problemas e na reforma administrativa; descentralização da gestão e da autonomia da instituição escolar; políticas de financiamento compartilhado e recuperação de custos – contribuição econômica dos pais e da comunidade para pagar as contas da educação escolar local (TORRES, 2001). Essas orientações deixam claros os objetivos econômicos de organismos como o Banco Mundial e que influenciaram consideravelmente a educação coexistindo em diferentes configurações, inclusive no Brasil.

CONCLUSÃO

Os discursos presentes nos documentos, citados no início dessa reflexão, não evidenciam que a reforma das instituições sociais é uma tarefa, sobretudo política, mas sim, conforme consta na Declaração de Salamanca, que ela depende “da convicção, do compromisso, e da boa vontade de todos os indivíduos que integram a sociedade” (BRASIL, 1994, p. 23).

Na análise apresentada é possível concluir que não coaduna satisfatoriamente em um mesmo espaço a universalização do ensino e o caráter seletivo da escola. Nesse quadro convivem concepções diferentes, tendências opostas em termos conceituais, políticos e ideológicos. Desse modo, o discurso da “educação para todos” reveste a educação de poderes amplos e inalcançáveis indo desde o combate às atitudes discriminatórias até a construção de uma sociedade justa e integradora. Esse discurso proclama a educação “como a grande panaceia universal e elevam-na ao principal fator de mudança social” (LAPLANE, 2007, p. 14). Omite, no entanto, que a educação é uma entre tantas práticas sociais institucionalizadas e, como tal, reflete as contradições, os embates e interesses presentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 20 de abr. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 Acesso em: 20 dez. 2019.

LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

TORRES, Rosa Maria. Educação para todos: uma tarefa por fazer. Trad. Daisy Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2001.

UNESCO. (1990). **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação Para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

UNESCO. (1994). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).